

ESTATUTO DO AMA – CAMPOS NOVOS
ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE CAMPOS NOVOS

TÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES

Art. 1º. Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE CAMPOS NOVOS**, cuja sigla **AMA**, funda-se uma Associação filantrópica, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, regida pelo presente Estatuto e pela legislação pertinente, principalmente pela Lei 9790/99 e arts. 53 a 61 do Código Civil, Lei 10406/02.

Art. 2º. Considera-se a data de fundação o dia **28 de outubro de 2009**.

Art. 3º. O **AMA – ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE CAMPOS NOVOS**, é uma entidade com personalidade jurídica própria, de duração indeterminada, constituída de número ilimitado de sócios, com sede na Rua BR 282, km 342, trevo, nas dependências da EPAGRI – CAMPOS NOVOS, no município de Campos Novos – Santa Catarina.

Art. 4º. São finalidades e objetivos da Associação:

- I.** Auxílio, orientação e apoio aos **AUTISTAS** e seus familiares, promovendo assim a integração família e comunidade;
- II.** Promoção de encontros e conferências, destinados aos **AUTISTAS** e seus familiares, para atendimento dos problemas, bem como objetiva o aperfeiçoamento de todos os que trabalham na área de pesquisa e desenvolvimento do aumento da qualidade de vida dos **AUTISTAS**;
- III.** Integração do **AUTISTA** na comunidade, usando para isto todos os meios disponíveis e legais;
- IV.** Ações junto aos poderes públicos, entidades privadas, particulares e a comunidade de maneira em geral, visando o interesse pelo conhecimento e a solução dos problemas atinentes aos **AUTISTAS**, com o propósito de assegurar-lhes uma maior proteção, integração e participação na sociedade;
- V.** Realizar intercâmbio e interação com outras associações e entidades que se dediquem à atividades semelhantes às desta Associação;
- VI.** Arrecadar recursos financeiros necessários para a manutenção de seu desenvolvimento, seja através de contribuições mensais de seus associados, seja por doações, subvenções, convênios públicos ou privados, campanhas ou promoções que possam atingir essa finalidade;
- VII** – A representação judicial ou extrajudicial, ainda que na esfera administrativa em qualquer instância ou tribunal, em assim sendo necessário, para a defesa dos direitos e interesses dos **AUTISTAS**;
- VIII.** Qualquer outra finalidade que vise o benefício dos **AUTISTAS** e pessoas relacionadas a estes.

Art. 5º. A associação não terá preconceito quanto à cor, religião, nacionalidade ou política partidária.

TÍTULO II
DOS SÓCIOS E SUAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º. São categorias de Sócios do **AMA**:

- I.** Sócios Fundadores;
- II.** Sócios Ativos;
- III.** Sócios Beneméritos.


Mayck Wilmar Fagundes
12/SC 24.814

Art. 7º. Serão considerados Sócios Fundadores aqueles cuja presença e assinatura estiver contida na ata de fundação.

Capítulo I **Dos Sócios Ativos**

Art. 8º. Definem-se como sócios ativos do AMA os pais e/ou representantes dos AUTISTAS, os professores e os técnicos de instituições educacionais especializados no tratamento do autismo, e todas as pessoas que quiserem contribuir com as finalidades da Associação, e em particular, os próprios AUTISTAS.

Art. 9º. A admissão de sócios ativos poderá se dar:

- I. por requerimento pessoal do pretendo sócio, dirigido ao secretário da Associação, cujo pedido deverá ser aprovado pela Diretoria ou;
- II. Mediante convite, por indicação de qualquer Associado, com aprovação da Diretoria.

Art. 10. Todo o associado tem o dever de:

- I. Cumprir e acatar as decisões da Diretoria, da Assembléia Geral e do presente Estatuto;
- II. Manter o pagamento de suas contribuições rigorosamente em dia, em sendo estas estabelecidas;
- III. Zelar pelos bens móveis e imóveis da associação;
- IV. Comparecer às Assembléias e acatar suas decisões;
- V. Atender as recomendações da Associação e fornecer-lhes informações quando solicitado;
- VI. Zelar pela participação ativa dos AUTISTAS, de seus familiares e da comunidade em geral no processo educativo.

Art. 11. Todos os associados têm o direito de:

- I. Comparecer, propor e tomar parte nos debates das Assembléias;
- II. Votar e ser votado para cargos eletivos;
- III. Comunicar para a Assembléia Geral, quando houver qualquer ato da Diretoria que lhe pareça incompatível;
- IV. Sugerir proposições que julgue serem benéficas para a Associação.

Capítulo II **Dos Sócios Beneméritos**

Art. 12. São considerados sócios beneméritos, aqueles que, estranhos ao quadro social, colaborem de maneira relevante com a Associação.

Art. 13. Somente se aprovará a concessão do Título de Sócio Benemérito em Assembléia Geral convocada para este fim, através de votação secreta, sendo aprovada a indicação pela maioria simples dos votos.

Art. 14. O requerimento para concessão do título de Sócio Benemérito há que ser feito por, no mínimo, três sócios ativos, que deverão assinar o pedido encaminhando-o ao Secretário da Associação.

Art. 15. O Sócio Benemérito será dispensado dos ônus impostos aos Sócios Ativos (art. 10), tendo, entretanto os mesmos direitos daqueles (art. 11) frente à Associação.

Mayck Wilkhan Agundes
OAB/SC 24.314

Capítulo III

Das Disposições Comuns a Todos os Sócios

Art. 16. Os sócios não responderão, nem sequer subsidiariamente, pelas obrigações assumidas em nome da associação não existindo entre os mesmos direitos e obrigações recíprocas.

Art. 17. Somente terão direito a voto, nas Assembléias, os sócios que estiverem em dia com suas obrigações para com a entidade.

Parágrafo Único. Os sócios que estiverem sofrendo processo para suspensão ou exclusão, desde que em dia com as obrigações da Associação, poderão votar e ser votados normalmente.

Art. 18. Os Sócios não poderão votar por procuração podendo somente exercer seu direito de voto se estiverem presentes ao ato de votação.

Art. 19. São atribuídas as seguintes penalidades aos associados:

- I. Advertência;
- II. Suspensão;
- III. Exclusão.

§ 1º. Será aplicada a penalidade de advertência ao associado que incorrer em faltas consideradas leves pela maioria simples da Diretoria, devendo se proceder em caráter reservado.

§ 2º. Será aplicada a penalidade de suspensão – num período máximo de seis meses - ao associado que incorrer em faltas consideradas graves pela maioria simples da Diretoria, devendo a mesma ser confirmada pela maioria simples do Conselho Fiscal.

§ 3º. Será aplicada a penalidade de exclusão ao associado que incorrer em faltas consideradas gravíssimas, podendo esta ser aplicada pelo voto de dois terços da Diretoria e do Conselho Fiscal, o que somente poderá ocorrer em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 20. Da penalidade de advertência caberá justificação e conseqüente pedido de reconsideração, em 15 (quinze) dias, que se julgado procedente pela Diretoria, deverá ser registrado em ata específica, restando cancelada, assim, a penalidade.

Art. 21. É assegurado o direito de defesa, a todo sócio quando lhe for imputada qualquer infração que resulte penalidade de suspensão ou exclusão, devendo a mesma ser direcionada ao Presidente da Associação ou seu substituto legal, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

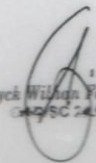
Art. 22. A apreciação e conseqüente julgamento da defesa deverão ser feitos ao órgão competente pela aplicação da respectiva penalidade.

Art. 23. O registro das penalidades de suspensão ou exclusão, após o seu processamento, deverá ser registrado em ata específica para esta finalidade.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ASSOCIAÇÃO

Art. 24. São estruturas administrativas da Associação:


Wylton Fagundes
CNPJ 24.914

- I. Assembléia Geral;
- II. O Conselho de Administração;
- III. A Diretoria;
- IV. O Conselho Fiscal e Deliberativo.

Art. 25. O Conselho de Administração será composto da Diretoria e do Conselho Fiscal e Deliberativo.

§ 1º. Excetuada a primeira gestão a partir da fundação, os membros do Conselho de Administração deverão ser de Associados do AMA há pelo menos 01 (um) ano, preferentemente com experiência diretiva, e quites com suas obrigações frente à Associação.

§ 2º. O exercício das funções do Conselho de Administração, não será, sob qualquer hipótese remunerado, sendo inclusive vedada a distribuição de lucros, bonificações, ou quaisquer outras vantagens ou benefícios a Dirigentes, Conselheiros, Sócios ou Equivalentes, sob qualquer denominação, forma ou pretexto.

§ 3º. Excetuada a primeira gestão a partir da fundação, o Conselho de Administração deverá ter os cargos ocupados com, no mínimo, 51 % dos pais ou responsáveis legais dos AUTISTAS.

Capítulo I Da Assembléia Geral

Art. 26. A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação, e se constitui dos associados que a ela comparecem, em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 27. Compete exclusivamente a Assembléia Geral:

- I. Eleger o Conselho de Administração;
- II. Destituir qualquer dos membros do Conselho de Administração;
- III. Aprovar as contas da Associação;
- IV. Alterar este Estatuto Social;
- V. Aprovar ou alterar o Regimento Interno;
- VI. Dissolver a Associação;
- VII. Adquirir, alugar ou alienar bens imóveis da Associação.

§ 1º. Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim;

§ 2º. Para a instalação da Assembléia Geral, será necessário que, em primeira chamada, estejam presentes 1/3 (um terço) dos associados, e em segunda chamada, meia hora depois, qualquer número.

§ 3º. Ressalvadas as exceções enumeradas neste Estatuto, as decisões da Assembléia Geral se darão por maioria de votos dos presentes.

Art. 28. A Assembléia Geral será designada de:

I. ORDINÁRIA quando realizada anualmente até o último dia útil do mês de novembro, com a finalidade específica de:

- a) aprovar as contas e o relatório das atividades do exercício, emitindo opiniões e pareceres;

Ayck Wilson Fagundes
2014

- I. Assembléia Geral;
- II. O Conselho de Administração;
- III. A Diretoria;
- IV. O Conselho Fiscal e Deliberativo.

Art. 25. O Conselho de Administração será composto da Diretoria e do Conselho Fiscal e Deliberativo.

§ 1º. Excetuada a primeira gestão a partir da fundação, os membros do Conselho de Administração deverão ser de Associados do AMA há pelo menos 01 (um) ano, preferentemente com experiência diretiva, e quites com suas obrigações frente à Associação.

§ 2º. O exercício das funções do Conselho de Administração, não será, sob qualquer hipótese remunerado, sendo inclusive vedada a distribuição de lucros, bonificações, ou quaisquer outras vantagens ou benefícios a Dirigentes, Conselheiros, Sócios ou Equivalentes, sob qualquer denominação, forma ou pretexto.

§ 3º. Excetuada a primeira gestão a partir da fundação, o Conselho de Administração deverá ter os cargos ocupados com, no mínimo, 51 % dos pais ou responsáveis legais dos AUTISTAS.

Capítulo I Da Assembléia Geral

Art. 26. A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação, e se constitui dos associados que a ela comparecem, em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 27. Compete exclusivamente a Assembléia Geral:

- I. Eleger o Conselho de Administração;
- II. Destituir qualquer dos membros do Conselho de Administração;
- III. Aprovar as contas da Associação;
- IV. Alterar este Estatuto Social;
- V. Aprovar ou alterar o Regimento Interno;
- VI. Dissolver a Associação;
- VII. Adquirir, alugar ou alienar bens imóveis da Associação.

§ 1º. Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim;

§ 2º. Para a instalação da Assembléia Geral, será necessário que, em primeira chamada, estejam presentes 1/3 (um terço) dos associados, e em segunda chamada, meia hora depois, qualquer número.

§ 3º. Ressalvadas as exceções enumeradas neste Estatuto, as decisões da Assembléia Geral se darão por maioria de votos dos presentes.

Art. 28. A Assembléia Geral será designada de:

I. ORDINÁRIA quando realizada anualmente até o último dia útil do mês de novembro, com a finalidade específica de:

- a) aprovar as contas e o relatório das atividades do exercício, emitindo opiniões e pareceres;

Aryck Wilson Fagundes
2014

encaminhadas à Secretaria da Associação, acompanhadas do requerimento de registro até a data prevista pelo Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária.

Art. 35. Recebida a chapa pelo secretário, este deverá consultar o Tesoureiro e demais membros do Conselho de Administração, para saber se as obrigações dos membros da chapa em relação à Associação estão cumpridas.

Art. 36. Se a chapa estiver em situação regular, o Diretor Presidente e o Secretário homologarão a candidatura afixando, em seguida, o nome dos candidatos em local visível na sede social da Associação a fim de dar conhecimento aos demais sócios da candidatura.

Art. 37. Na Assembleia Geral de eleição, a votação será cédular e secreta e deverá obedecer as regras dispostas neste Estatuto.

Parágrafo Único. Havendo mais de uma chapa, os nomes serão inseridos sucessivamente na cédula obedecendo ao critério de antecedência de inscrição.

Capítulo III Da Diretoria

Art. 38. O AMA será gerenciado por uma Diretoria eleita pela Assembleia Geral, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reeleita para mais um mandato.

Art. 39. A diretoria será composta de:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) 1º Secretário;
- d) 2º Secretário;
- e) 1º Tesoureiro;
- f) 2º Tesoureiro;
- g) Diretor de Patrimônio;
- h) Diretor Social.

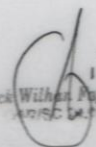
Art. 40. Compete ao presidente:

- I. Gerir a parte político-administrativa da entidade;
- II. Assinar atas da diretoria, juntamente com o 1º secretário;
- III. Representar Associação em atos oficiais e extra-oficiais;
- IV. Assinar documentação financeira junto com o 1º tesoureiro;
- V. Agir por iniciativa própria em nome da entidade por urgência, ou motivo de força maior;
- VI. Buscar o atendimento das finalidades da Associação.

Art. 41. Compete ao vice-presidente:

- I. Substituir o presidente;
- II. Sucedê-lo em caso de vaga;
- III. Auxiliar o presidente nos trabalhos administrativos do AMA;
- IV. Prestar apoio e assistência aos AUTISTAS.

Art. 42. Compete ao 1º Secretário:


Wilton Fagundes
17/05/2012

- I. Substituir o vice-presidente na ausência do mesmo;
- II. Secretariar as reuniões da diretoria;
- III. Elaborar as atas das reuniões da diretoria e outras atividades;
- IV. Elaborar ofícios, projetos e demais atos inerentes ao funcionamento da secretaria;
- V. Manter organizada a secretaria.

Art. 43. Compete ao 2º secretário:

- I. Substituir o 1º secretário em suas obrigações dentro da entidade;
- II. Auxiliar o primeiro secretário em suas obrigações dentro da entidade.

Art. 44. Compete ao 1º tesoureiro:

- I. Gerir a parte financeira da Associação;
- II. Elaborar, ainda que em conjunto com os demais membros do Conselho de Administração, as prestações de contas solicitadas além das prestações obrigatórias;
- III. Assinar juntamente com o presidente as documentações financeiras.

Art. 45. Compete ao 2º tesoureiro:

- I. Substituir o 1º tesoureiro na ausência do mesmo, ou em renúncia;
- II. Auxiliar 1º tesoureiro em suas obrigações dentro da entidade.

Art. 46. Compete ao Diretor de Patrimônio:

- I. Supervisionar e zelar pelo patrimônio da Associação;
- II. Ter sob sua guarda os bens do AMA;
- III. Encarregar-se da escrituração do material permanente da Associação e mantê-lo em ordem e em dia.

Art. 47. Compete ao Diretor Social, com auxílio da Diretoria:

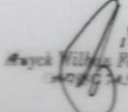
- I. Organizar atividades sociais observando os fins da Associação;
- II. Elaborar o programa das solenidades.

Capítulo IV Do Conselho Fiscal e Deliberativo

Art. 48. O Conselho Fiscal e Deliberativo será composto de quatro membros e mais quatro suplentes, devendo os mesmos ser sócios ativos da Associação.

Art. 49. Compete ao Conselho Fiscal e Deliberativo:

- I. Fiscalizar, orientar e compartilhar dos trabalhos da Diretoria;
- II. Solicitar a diretoria todos os esclarecimentos que julgar necessários, para o exato desempenho de suas atribuições;
- III. Convocar Assembléia Geral em caso de omissão do presidente, ou da diretoria no cumprimento do Estatuto Social;
- IV. Tomar parte nas reuniões da diretoria, quando convocadas pelo presidente, podendo seus membros discutir e votar os assuntos propostos e debatidos;
- V. Levar ao conhecimento da Assembléia Geral as faltas ou irregularidades encontradas, indicando as causas, responsáveis e as medidas a serem tomadas.


#wyck Wilma Fagundes
20/06/2014

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal e Deliberativo exercerão as suas atribuições durante o mesmo prazo e forma do instituído para a Diretoria.

§ 2º. O Conselho Fiscal e Deliberativo elegerá entre seus membros um presidente e um secretário para presidir e secretariar suas reuniões.

Capítulo V **Das Fontes de Recursos para Manutenção**

Art. 50. A Associação constituirá sua receita através de contribuições, doações, convênios, verbas de parcerias com órgãos governamentais ou com outras sociedades, sem óbice a outras fontes lícitas de receita não mencionadas por este artigo.

Parágrafo Único. Cabe a Diretoria propor valores de doações mensais dos sócios ativos, devendo esses valores serem fixados em Assembléia Geral.

TÍTULO IV **DO PATRIMÔNIO**

Art. 51. O Patrimônio da Associação é constituído por:

- a) Imóveis que possuam ou venham a possuir;
- b) Donativos ou legados testamentários que vier a possuir;
- c) Produto das doações;
- d) Móveis equipamentos eletro-eletrônicos que possua ou venha a possuir;
- e) Receitas provenientes de atividades sociais a realizar.

Art. 52. Em caso de dissolução da Associação, seu patrimônio será destinado (doad) a uma instituição congênere, a juízo da Assembléia Geral.

TÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 53. Este Estatuto poderá ser alterado, observadas as normas pertinentes, o que deverá ser feito mediante projeto dirigido ao Diretor Presidente que fará os encaminhamentos necessários para submeter à Assembléia Geral.

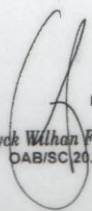
Parágrafo Único. Este Estatuto deverá ser revisto, em Assembléia Geral, num período máximo de 01 (um) ano, dispensada nesta ocasião a exigência a que se refere o § 1º do art. 27.

Art. 54. Os casos omissos serão resolvidos pelo que determina a legislação vigente.

Art. 55. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para qualquer ação fundada neste Estatuto, por mais privilegiada que seja a discussão.

Art. 56. Este estatuto entra em vigor nesta data.

Campos Novos (SC), 28 de outubro de 2009.


Mayck Wilhan Fagundes
OAB/SC 20.914